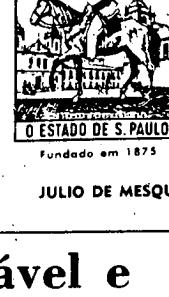


jornal da tarde

Publicado pelo S. A. P. O. Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tacito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O perigo palpável e a atitude do avestruz

Esta semana, dizíamos há alguns dias, seria uma semana de definições na área econômico-financeira. E como o público já tomou conhecimento, principalmente depois da reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional, agora temos praticamente duas definições: um novo esquema de apoio financeiro ao Brasil pelo FMI, ainda não ratificado, mas já conhecido em suas linhas gerais; e um plano de ajuste econômico interno, delineado pelo CMN, para justificar o apoio financeiro externo.

São, todavia, definições meramente protocolares. Diante delas se pode dizer que só falta darem certo. Não darão certo, assim, estritamente, como estão no papel, se não forem apoiadas e respaldadas, primeiro, num esquema financeiro mais amplo e mais adequadamente negociado; segundo, se não tiverem, dentro do País, viabilidade política e social.

Uma Carta de Intenções com o FMI e um programa do CMN são papéis apenas. As pessoas que redigiram esses papéis sabem tanto quanto nós que eles não mudam, concretamente, o quadro de dificuldades ágidas que estamos atravessando. Ao contrário, o conteúdo de tais papéis serve para aprofundar a depressão psicológica em que se encontram os agentes econômicos, e desse modo a maior probabilidade é que até aumentem, de imediato, as dificuldades concretas.

Fala-se que o FMI aprovará sem dúvida a nova Carta de Intenções do Brasil, e ontem o Congresso americano ouviu isso do próprio sr. Paul Volcker, presidente da Reserva Federal. Mas essa aprovação só acontecerá na segunda quinzena de outubro, e o dinheiro, em consequência, só aparecerá em nossa caixa no início de novembro.

De modo que somos obrigados a perguntar o que poderá acontecer até lá, uma vez que os sinais de paralisação da atividade econômica, principalmente industrial, são crescentes, por falta de matérias-primas e componentes importados.

Temos uma crise aguda a atravessar no curto prazo; temos de saber o que fazer a médio prazo; e temos, finalmente, de encontrar uma solução de longo prazo, junto com nossos credores e parceiros, pois todo mundo sabe que os papéis protocolares ora divulgados não constituem solução de longo prazo.

Nada poderá impedir, nesse meio tempo, que a conjuntura econômica interna se agrave e que o quadro social se deteriore de maneira significativa. De modo que não interessa discutir se as metas arroladas nos protocolos são tecnicamente alcançáveis ou não — o problema central será como administrar politicamente o período turbulento, para as empresas e para as pessoas físicas, que iremos atravessar.

Nós não temos dúvida de que na área externa as coisas caminham para uma solução concertada mais ampla, envolvendo não apenas bancos comerciais, mas governos e instituições internacionais, conforme, aliás, prognosticávamos desde o início. Os sinais disso são notórios e os interesses maiores do sistema de livre empresa assim o exigem. Temos, também, a pálida impressão de que, na frente interna, um ajuste no rumo correto e na dosagem adequada pode ter condições de se impor dentro do governo, agora ele próprio se convencendo de maneira crescente dos abusos, demasia e equívocos que nos levaram a estes desastres todos.

O que não sabemos, e encaramos com muita apreensão, é se teremos tempo para aguardar as demoras naturais daquela grande composição internacional sem rompimentos traumáticos na nossa vida social, que nos próximos meses assistirá a enormes dissabores econômicos e financeiros. Por isso, a questão da liderança política e da condução habilidosa e lúcida das pressões inevitáveis é realmente a questão do momento, o ponto-chave fundamental.

O ex-ministro Karlos Rischbieter dizia ontem ao nosso correspondente Reali Júnior, em Paris, que está mais preocupado com a situação interna do que com a externa. Nós também. Para ele, o programa de ajuste econômico interno, aliado às dificuldades financeiras externas, poderá ensejar três tipos de reações: a tentativa de imposição da ordem e da disciplina sociais a qualquer custo, manu militari; a busca de uma composição interna responsável e consensual que permita a travessia dessa fase traumática com preservação dos procedimentos e objetivos democráticos; e, finalmente, o gesto desesperado de repúdio nacionalista e emocional à dívida, aos credores, aos nossos parceiros e às instituições tipo FMI. Essa seria, nas palavras dele, a solução nasserista brasileira.

Nós queremos advertir nossos leitores e todos aqueles que detêm qualquer parcela de responsabilidade neste país de que essa saída nasserista é, em nossa opinião, a que desfruta de maiores possibilidades de angariar adesões, à esquerda e à direita, dentro e fora do governo. Ela é cômoda, é popularesca, é fácil para a maioria dos políticos desorientados que poluem a cena nacional, e pode ser defendida como "justa", uma vez que grande parcela das nossas "lideranças" políticas, incapazes de sugerir soluções concretas para a crise que atinge, costuma invocar o "imperialismo" como causa de todos os nossos problemas.

Compreende-se, em hipótese alguma, com uma economia de mercado, de livre empresa. Nem é preciso explicar por que, a parte disso, ela também não se compõe com a vida democrática que o Brasil procura consolidar. Seria, sem dúvida, se concretizada, o maior desastre político da nossa História. E o maior desastre econômico, também, agravar das proporções do desastre que estamos vivendo.

Pensamos que na ausência de qualquer perspectiva de curto prazo para alívio das dificuldades econômicas, e considerado o enorme descredito dos "protocolos", que estão sendo divulgados, somente um habilíssimo e competente trabalho da conjuntura política pode bloquear o tra-

lho dos ambiciosos, demagogos e mal-intencionados em direção àquilo que mais tememos. E por isso estamos muito apreensivos; porque não vemos, primeiro, sinais de lucidez das nossas lideranças políticas, particularmente governamentais, quanto aos reais perigos que o processo oferece; segundo, preparativos para enfrentar tais perigos com procedimentos verdadeiramente democráticos; terceiro, competência comprovada e reconhecida na administração de situações como esta. Ao contrário, o morno e pífio desfilar de tertúlias sobre a sucessão apenas revela que nossos governantes e seus presidenciáveis agem como o avestruz diante do vendaval que se forma no horizonte.